

ECONOMIA REGIONAL

REVISITANDO O SETOR
SUCROALCOOLEIRO DO
NORDESTE: O NOVO
CONTEXTO E A
REESTRUTURAÇÃO
POSSÍVEL¹

João Policarpo R. Lima

Economista, Ph.D. em Economia pela Universidade de Londres; Professor do Programa de Pós-graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Pesquisador CNPq.

Abraham Benzaquem Sicsú

Engenheiro Mecânico, Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP), Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco; Professor do Programa de Pós-graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Pesquisador CNPq.

RESUMO :

Examina as perspectivas da agroindústria canavieira do Nordeste brasileiro. Caracteriza a situação atual de dificuldades do setor bem como identifica as principais linhas de uma possível reestruturação que permita a sua sobrevivência em um novo patamar de produtividade e aproveitamento econômico de recursos produtivos que tendem à subutilização. Enfatiza que, embora o setor venha sofrendo as dificuldades supracitadas, há possibilidades concretas de reestruturá-lo em bases competitivas. Para tanto é fundamental repensar sua estrutura administrativa-gerecencial, seu perfil de financiamento e, principalmente, a base tecnológica de suas empresas. Aspectos culturais e econômicos são fundamentais para redinamizar o setor. A estratégia proposta leva em conta experiências em curso em empresas deste segmento. Uma política de modernização tecnológica pode ser pensada acoplada a uma forte articulação com o empresariado mais dinâmico do setor na região nordestina, cuja lógica, como parte de um oligopólio competitivo, sintoniza com a elevação da produtividade e com a diversificação. Os resultados práticos estão condicionados pela marcada heterogeneidade de casos, podendo apresentar amplas diferenciações.

PALAVRAS – CHAVE :

Economia Regional; Agroindústria; Brasil - Região Nordeste.

¹ Este trabalho contém partes do apresentado no Workshop Avaliação e Manejo dos Recursos Naturais em Área de Cana-de-Açúcar. Aracaju: EMBRAPA, 1997.

1 - INTRODUÇÃO

O setor agroindustrial do açúcar e do álcool no Nordeste tem resistido historicamente a variadas intempéries e experimentado também alguns períodos, mesmo que menos freqüentes, de bonança. Esse é um filme já bastante repetido e bem conhecido. Nos últimos anos, com as mudanças institucionais associadas à desregulamentação do setor, cujo marco principal e a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o quadro de dificuldades econômicas vem sendo agravado. As empresas produtoras de açúcar e álcool, em geral, vêm tendo ampliados os problemas de endividamento e de competitividade em cuja origem encontram-se o paternalismo e a política oficial, mas também um ambiente sócio-econômico pouco adaptado às regras do jogo capitalista, além de enfrentar problemas específicos. Diante disso, várias empresas já fecharam ou sobrevivem a duras penas e as perspectivas de reversão dessa cena mais recente não parecem muito prováveis. Mantidas as tendências até aqui observadas, o número de usinas e destilarias deve mesmo encolher embalado pela “seleção natural”, aguçada pelo quadro de dificuldades patrimoniais combinado com a mudança de postura da política econômica.

Um cenário menos traumático parece menos provável, embora não impossível, todavia exigiria a articulação decidida de atores diversos e um entendimento mínimo sobre questões ainda um tanto polêmicas como reestruturação produtiva, diversificação econômica etc., que, por sua vez, exigiriam também a participação do Estado, mesmo que em outros moldes, e a mudança de postura de produtores e trabalhadores.

Ao longo deste trabalho serão explorados alguns dos pontos acima mencionados com o objetivo de caracterizar a situação atual da agroindústria canavieira nordestina bem como de identificar as principais linhas de uma possível reestruturação que permita a sobrevivência da mesma em um novo patamar de produtividade e aproveitamento econômico de recursos produtivos que tendem à subutilização.

Enfatiza-se no trabalho que, embora o setor venha sofrendo as dificuldades supracitadas há possibilidades concretas de reestruturá-lo, em bases competitivas. Para tanto é fundamental repensar sua estrutura administrativa-gerencial, seu perfil de financiamento e a base tecnológica de suas empresas.

Sabemos que essa não é uma tarefa simples, pois passa por questões culturais e econômicas, porém é fundamental para redinamizar o setor.

Na próxima seção, serão analisadas as características do setor sucroalcooleiro nacional e suas especificidades regionais; nas seções 3 e 4 examina-se a crise atual do setor e a importância que ainda detém na economia nordestina; na seção 5 são ressaltados aspectos ligados ao processo de modernização do setor, inclusive um novo perfil empresarial, bem como as perspectivas de diferenciação e diversificação produtiva; finalmente, na seção 6, são apresentadas as principais conclusões.

2 - VISÃO GERAL DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

A atividade canavieira, e seu processamento industrial, ocupa economicamente a Zona da Mata do Nordeste, desde o início da colonização do País. Ao longo de sua história esta atividade tem sido marcada por períodos de prosperidade, entremeados por fases, freqüentemente longas, de dificuldades. Do mesmo modo, a concentração, o conservadorismo e a lentidão de transformações tecnológicas e gerenciais têm também caracterizado a evolução do setor nesta Região. Por outro lado, é também marcante no mesmo a articulação de produtores (usineiros e fornecedores de cana) para reivindicar do Estado a adoção de medidas protetoras que lhes facilitasse a superação de dificuldades, sejam estas de ordem conjuntural ou mesmo estrutural. Resultaram daí medidas que contribuíram para transferir para o setor recursos significativos em forma de subsídios, facilidades de crédito, reserva de mercado etc. Em função desses favores, por outro lado, vai sendo mantido o caráter concentrado da atividade, enquanto emperram as mudanças tecnológicas e gerenciais que poderiam contribuir para um equilíbrio sustentável no quadro evolutivo da mesma, ou seja, na direção de padrões mais contemporâneos de eficiência do uso de recursos produtivos envolvidos.

Cabe destacar que, mesmo gozando de tratamento diferenciado em seu favor, até mesmo após a extinção do IAA, embora em menor grau, o setor sucroalcooleiro nordestino vem perdendo posição para setores de outras regiões do Brasil, fato aliás bastante conhecido, para o que concorreu sobremaneira o maior nível de eficiência e a maior proximida-

de do mercado consumidor, entre outros, exibidos pelo segmento localizado no Sul/Sudeste do País, principalmente no Estado de São Paulo. Nas décadas mais recentes, vale ressaltar, tem sido mantida e intensificada essa tendência de perda de posição.

Na TABELA 1 pode-se observar com clareza esses movimentos, ao longo do período 1982/83 a 1994/95. Nesses anos, a produção de cana do Centro/Sul apresentou um notável crescimento de 68,3%. O Norte/Nordeste, por sua vez, reduziu seu quantitativo

de cana produzida em cerca de 13,0%, ficando o crescimento total no Brasil em 43,7%. Ou seja, no período em análise o Norte/Nordeste reduziu sua participação no total de cana produzida de 30,1% para 18,2%. O quadro nacional é, portanto, de elevado contraste. Enquanto o Centro/Sul exhibe dinamismo, o Norte/Nordeste apresenta a estagnação e declínio da quantidade produzida como marca principal, embora no período 1982/86 tenha ampliado sua produção um tanto acima da média do Centro Sul,² principalmente devi-

TABELA 1
BRASIL, NORTE/NORDESTE E CENTRO-SUL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

| Regiões | Safras (em 1000 t) | | | | | | |
|---------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 1982/83 | 1984/85 | 1986/87 | 1988/89 | 1990/91 | 1992/93 | 1994/95 |
| N/NE | 50.205 | 56.985 | 71.266 | 53.711 | 51.762 | 47.771 | 47.183 |
| TO | - | - | - | 89 | 26 | 85 | 180 |
| AC | - | - | - | - | - | - | - |
| RO | - | - | 30 | - | - | - | - |
| AM | 28 | - | - | 28 | - | - | - |
| PA | 187 | 59 | 107 | 249 | 174 | 127 | 258 |
| MA | 346 | 532 | 779 | 624 | 694 | 299 | 507 |
| PI | 105 | 152 | 264 | 287 | 568 | 306 | 328 |
| CE | 565 | 548 | 714 | 655 | 506 | 286 | 222 |
| RN | 2.134 | 2.209 | 3.578 | 2.648 | 2.170 | 2.100 | 2.411 |
| PB | 4.178 | 4.784 | 6.172 | 4.677 | 4.397 | 3.891 | 3.500 |
| PE | 18.893 | 23.143 | 25.794 | 20.499 | 18.191 | 17.844 | 16.985 |
| AL | 21.970 | 22.645 | 30.262 | 21.317 | 21.597 | 21.089 | 20.121 |
| SE | 1.069 | 1.222 | 2.131 | 1.414 | 1.386 | 671 | 769 |
| BA | 730 | 1.354 | 1.435 | 1.224 | 1.053 | 1.073 | 1.922 |
| C/SUL | 116.449 | 145.780 | 156.607 | 167.628 | 170.401 | 176.810 | 196.314 |
| MG | 6.919 | 9.134 | 10.314 | 9.994 | 9.926 | 8.717 | 9.079 |
| ES | 1.266 | 2.056 | 1.969 | 1.900 | 1.194 | 1.674 | 1.913 |
| RJ | 8.532 | 7.640 | 8.513 | 8.906 | 4.825 | 5.162 | 5.484 |
| SP | 90.889 | 111.887 | 114.573 | 125.755 | 131.491 | 136.933 | 149.616 |
| PR | 6.283 | 7.620 | 10.918 | 10.274 | 10.867 | 12.137 | 15.531 |
| SC | 348 | 350 | 484 | 373 | 463 | 350 | 235 |
| RS | 107 | 92 | 55 | 68 | 38 | 53 | 48 |
| MS | 928 | 2.387 | 3.102 | 2.147 | 4.010 | 3.751 | 3.770 |
| MT | 379 | 949 | 1.872 | 3.877 | 3.329 | 3.217 | 4.807 |
| GO | 798 | 3.665 | 4.807 | 4.334 | 4.258 | 4.816 | 5.834 |
| Brasil | 166.654 | 202.765 | 227.873 | 221.339 | 222.163 | 224.581 | 239.600 |

FONTE: Sindaúcar/PE apud SUDENE (1996)

² No período em análise a produção de cana cresceu a 3,07% ao ano no total, a 4,44% ao ano no Centro/Sul e a -051% no Norte/Nordeste. O maior impulso de crescimento ocorre na primeira metade dos anos 80, junto com o boom do Proálcool, quando no total a produção cresce a 8,1% ao ano (entre 1982/83 e 1986/87), a 7,7% no Centro Sul e a 9,1% no N/NE. Entre 1988/89 e 1994/95 essas taxas se reduzem a 1,3% ao ano no País, a 2,6% no Centro Sul e a -2,1% no N/NE.

do à influência do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL).

Em nível intra-regional, algumas mudanças nesse quadro podem ser destacadas, principalmente no Centro/Sul. Assim é que no Rio de Janeiro também se detecta um quadro de estagnação e queda acentuada de nível de produto (35,7%), principalmente nos anos 1990. Por outro lado no Paraná observa-se uma dinâmica bastante pronunciada com crescimento da ordem de 147,0% no período 1982/83 a 1994/95, mais que o dobro da expansão percentual registrada em São Paulo (62,0%). Merece registro também a expansão da produção no Centro-Oeste, em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul³.

No Nordeste, o tom geral é de estagnação e queda na maioria dos estados, comportamento que é ligeiramente destoante apenas no caso do Rio Grande do Norte onde ocorre alguma expansão, mesmo que pouco expressiva, tendo a produção de cana crescido 13%, de 2.134 mil para 2.411 mil t, no período consi-

derado. Observe-se que a expansão nacional da produção de cana vem sendo acompanhada pela simultânea expansão da produção de açúcar, a partir de 1991/92, em função da estabilização do mercado de álcool combustível. A Região Centro/Sul principalmente o Estado de São Paulo, passa nos anos 90 a exportar açúcar e o faz de forma bastante agressiva, uma vez flexibilizado o regime de cotas de exportação que vigorou até os anos 80, quando o Norte/Nordeste ficava com a quase totalidade das exportações. Assim, enquanto no Norte/Nordeste as exportações cresceram, em média, a 6,5% ao ano, no Centro/Sul a média de crescimento foi de 75,7% ao ano, entre 1990/91 e 1995/96 (TABELA 2).

Esses dados demonstram a competitividade externa do açúcar brasileiro, mostrando também, mais uma vez, as dificuldades do ramo açucareiro do Norte/Nordeste em acompanhar o dinamismo observado no Centro/Sul.⁴

Diante dos dados acima apresentados cabe-nos investigar os fatores que associam-se a esse quadro diferenciado entre os dois ramos do setor.

TABELA 2
BRASIL, NORTE/NORDESTE E CENTRO-SUL: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR 1990/91 A 1995/96 (EM 1.000 T)

| | 1990/91 | 1992/93 | 1994/95 | 1995/96 |
|------------------------|---------|---------|---------|---------|
| Brasil | 1.405,8 | 2.610,9 | 4.048,6 | 5.132,7 |
| Norte/Nordeste | 1.197,6 | 1.500,5 | 1.762,4 | 1.643,6 |
| Pernambuco | 532,9 | 718,5 | 839,6 | 814,5 |
| Alagoas | 648,2 | 759,1 | 869,5 | 770,6 |
| Centro/Sul | 208,2 | 1.110,4 | 2.286,2 | 3.489,1 |
| S ^a o Paulo | 12,0 | 1.110,1 | 2.097,4 | 3.111,8 |

FONTE: SINDAÇÚCAR/PE apud SUDENE (1996)

Nesse sentido cabe esclarecer que esse maior dinamismo da produção no Centro-Sul tem raízes em fatores intrínsecos àquela região, enquanto a estagnação do Norte/Nordeste também tem suas características específicas.

A favor, no Centro-Sul, operam fatores relevantes como melhores condições físicas, ou seja, solos fér-

teis e planos e clima propício. Pesa também aí o ambiente econômico mais estimulador de mudanças tecnológicas, com maior esforço de pesquisas que se traduzem na adaptação e introdução de variedades de cana mais produtivas, menores custos agrícolas, etc. A maior lucratividade do segmento, por sua vez, encoraja mais investimentos em busca de maior eficiência, fechando o círculo que leva ao crescimento.

³ Essa diversificação de estados produtores de cana no Centro/Sul foi deflagrada pelo PROÁLCOOL e manteve-se, posteriormente ao seu descenso, com base na produção de açúcar.

⁴ E aqui vale lembrar que o açúcar nordestino “goza de vantagem locacional para o mercado externo, por ser produzido a uma distância média de cerca de 60Km do porto de embarque, enquanto em São Paulo essa distância é de cerca de 400 Km.”(LIMA & SILVA, 1995, p.186)

No Norte/Nordeste, as condições físicas apresentavam-se menos favoráveis com solos declivosos e pluviosidade às vezes insatisfatória. A presença de condições de solo e de chuvas é às vezes desconhecida. Onde há maior pluviosidade observam-se solos mais íngremes, havendo nas regiões mais planas muitas vezes deficiências pluviométricas. Mesmo assim estes fatores não explicam tudo. O conservadorismo e a menor preocupação com a adoção de avanços tecnológicos dirigidos à redução de custos, para referir o comportamento médio do empresariado, também fazem a sua parte nesse quadro de estagnação. Isso, por sua vez, em boa parte resultou do paternalismo e protecionismo da política oficial exercitados durante décadas de intervencionismo.

Alguns fatores ligados à política econômica também influenciaram essa dinâmica diferenciada. No geral, o crescimento do setor nas últimas décadas deveu-se ao PROÁLCOOL, que provocou inclusive uma mudança no perfil de uso da cana produzida, que é hoje em cerca de 2/3 do total produzido transformada em álcool. Os incentivos ao álcool fizeram crescer a área plantada com cana no Nordeste passando a cultura a ocupar áreas pouco propícias ao seu crescimento e menos adaptáveis à adoção de técnicas mais eficientes. Com a estagnação do PROÁLCOOL muitas dessas áreas continuam utilizadas com cana, contribuindo para rebaixar os índices regionais de produtividade. Conseqüentemente reduz-se a lucratividade e reforça-se o quadro de estagnação.

No início da década de 1990, o Governo Federal mudou sensivelmente sua atuação no setor. Depois de algumas tentativas frustradas, foi extinto o IAA e junto com ele esvaiu-se a reserva do mercado nordestino para a indústria sucroalcooleira regional. Além disso extinguiu-se o subsídio de equalização de custos que compensava os custos maiores do Norte/Nordeste, substituindo-o por um regime de alíquotas diferenciadas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (18,0% em São Paulo, 9,0% para o restante do Centro Sul e 0% para o Nordeste) mais o pagamento de um adicional de 25% sobre o álcool produzido no Nordeste. Houve ainda a flexibilização do regime de quotas de produção, inclusive quanto ao mercado externo de açúcar. Com isso o açúcar do Centro/Sul passa a ocupar parte do mercado nordestino, mas também o mercado externo antes praticamente cativo ao produtor do Nordeste, conforme comentado anteriormente. Cabe ressaltar que esse mercado externo permitia preços mais elevados, principalmente para o mercado norte-americano, preços esses que permiti-

am uma atenuação dos diferenciais de produtividade no que tange à lucratividade da atividade.

Observe-se ainda que a extinção do IAA também implicou no fechamento do PLANALSÚCAR que, bem ou mal, desenvolvia novas variedades de cana e novos métodos de cultivo adaptados às condições nordestinas. O impacto de sua extinção, vale ressaltar, foi menor no Centro Sul por já haver por parte dos seus produtores, via Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COOPERÇÚCAR), uma estrutura de pesquisa já bastante desenvolvida. O avanço tecnológico no Nordeste ficou assim mais dificultado: um ambiente empresarial pouco propício e a ausência de estímulo governamental via institutos de pesquisa ⁵.

3 - A IMPORTÂNCIA DO SETOR NO NORDESTE E AS CARACTERÍSTICAS DA CRISE

.....

A situação diferenciada de níveis de eficiência da agroindústria canavieira nas duas regiões produtoras não implica necessariamente que uns estão salvos de dificuldades e outros condenados à falência.

Segundo informa BUARQUE et al. (1996), o parque do setor sucroalcooleiro nacional está composto por 346 unidades industriais.

De acordo com dados da Comissão Interministerial do Álcool (CINAL), citado em BUARQUE et al. (1996) das 346 unidades:

- * 42 estavam desativadas;
- * 38 encontravam-se funcionando precariamente, com diagnóstico de inviabilidade financeira e técnico-agronômica;

⁵ Observe-se que as demais instituições de pesquisa no Nordeste não se envolviam com a cana por estar o PLANALSÚCAR aparelhado e dirigido para esta cultura. Aliás, de uma maneira geral, os demais órgãos federais bem como a estrutura governamental de estados e municípios pouco interagiam com o setor, uma vez que o IAA era o órgão específico, com atribuições amplas, para onde dirigiam-se as energias dos atores do segmento.

* 200 encontravam-se inadimplentes ou enfrentando sérias dificuldades financeiras, possuindo, todavia, condições de soerguimento, se adotadas medidas nesse sentido;

* 66 empresas, que se autofinanciaram, não estavam enfrentando os efeitos perversos do crédito de terceiros, embora também afetadas pela crise que se abate sobre o setor.

Os dados acima são, portanto, muito eloqüentes para demonstrar que nacionalmente há dificuldades evidentes, embora em níveis diversos.

Mesmo não sendo objeto deste trabalho investigar exaustivamente as causas das dificuldades, vale mencionar algumas delas. Um fato que chama a atenção é o PROÁLCOOL, que durante alguns anos deu margem a um grande impulso no setor e hoje apresenta dificuldades de mercado minguante. Por outro lado, o atrelamento do preço do álcool ao da gasolina e o peso deste nos índices de inflação terminaram por provocar redução de margens de lucros, principalmente após a queda dos preços do petróleo. A Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), por sua vez, freqüentemente demora em pagar o álcool adquirido dos produtores. Além disso, os elevados níveis de endividamento da maioria das empresas do setor, fruto da política expansionista do PROÁLCOOL, mas também das facilidades concedidas pela política governamental em geral, contrasta hoje com as dificuldades e custos elevados do crédito.

Além desses fatores, vale lembrar alguns outros listados por BUARQUE et al. (1996):

* escassez de recursos para financiamento de custeio, renovação, fundação, *warrantagem* e aquisição de estoques;

* escassez de crédito com custos adequados à rentabilidade da produção;

* inexperiência, falta de tradição e de capacidade técnico-financeiro-administrativa por parte dos dirigentes;

* descasamento entre a variação dos preços do setor e a dos saldos devedores dos financiamentos, ocorrido principalmente a partir da safra 94/95;

* inexistência de política eficaz e adequada de regulamentação do preço interno do açúcar;

* a existência de créditos pendentes de pagamento por parte do Governo Federal, relativos à equalização de taxas nos empréstimos junto ao extinto Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA.

Com a superposição destas dificuldades, o setor não tem conseguido, a exemplo de outros segmentos do *agribusiness*, capitalizar-se e, gradativamente, ir-se libertando da dependência das fontes oficiais de financiamento ou do tratamento fiscal diferenciado.

Com a acumulação crescente de dívidas vultosas a credores diversos como o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional e Fazendas Estaduais, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), além de montantes elevados devidos a trabalhadores, nos últimos anos tem havido um agravamento de dificuldades das empresas do setor. Com isso, um número significativo delas deixou de funcionar, ou está prestes a encerrar atividades. No caso do Nordeste, o quadro geral do setor é preocupante e é resumido a seguir com base no documento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Os dados levantados referem-se à safra 1994/95, enquanto o quadro da safra 1995/96 sofreu algumas modificações, para pior, em relação ao que foi exposto no documento citado (SUDENE, 1996).

Os estados de Alagoas e Pernambuco são os maiores produtores da Região e apresentam maior tradição no setor. O primeiro tinha 35 unidades industriais, 20 na Mata Norte e 15 na Mata Sul. Destas, 5 empresas estavam paralisadas e 8 tinham grandes dificuldades para operacionalização. No caso de Pernambuco, era encontrada situação mais problemática, pois, das 41 unidades existentes, 8 estavam paralisadas, 10 funcionavam em estado precário e uma estava mudando de administração. Esses dados caracterizam a situação de crise que se encontrava nas 2 unidades federativas mais importantes da Região.

O Rio Grande do Norte e a Paraíba também não apresentavam situação vantajosa. No primeiro, o parque industrial é formado por duas usinas e três destilarias, das quais 2 funcionam de forma precária. Na Paraíba, das 16 unidades (8 usinas e 8 destilarias), 5 estão fechadas e 2 enfrentam grandes dificuldades financeiras.

Por fim, Sergipe e Bahia apresentam situação não menos adversa. É pouco expressiva a presença da cana em Sergipe, onde há apenas duas unidades em funcionamento e uma paralisada. No Recôncavo

Baiano existem duas unidades, uma delas em grandes dificuldades financeiras.

Por outro lado, cabe lembrar que há uma diversidade significativa de situações nestas empresas. Há, de um lado, diferenças nos níveis de endividamento e, por outro lado, diferentes índices de rentabilidade associados às mesmas. De acordo com BUARQUE et al. (1996), as empresas nordestinas do segmento em exame, 112 ao todo, podem ser classificadas como tendo endividamento baixo, médio e alto e, ao mesmo tempo, como tendo rentabilidade boa, média e baixa, constituindo, respectivamente, os Grupos I, II e III, dando margem a uma matriz que combina os três níveis de rentabilidade (nas colunas) com os de

endividamento (nas linhas).⁶ Daí o trabalho citado deriva algumas conclusões importantes como estarem 42 usinas/destilarias (37,5%) em condições econômicas e financeiras favoráveis, com boa rentabilidade e baixo endividamento. Ao mesmo tempo, 30 empresas (26,8%) apresentavam-se inviabilizadas econômica e financeiramente, com baixa rentabilidade e alto endividamento. Entre estes casos extremos situavam-se as demais empresas com as várias combinações de rentabilidade e endividamento que podem encaminhá-las, com maior ou menor probabilidade, para o saneamento financeiro ou para a inviabilidade. A TABELA 3 sintetiza essas observações e permite visualizar as situações intermediárias.

TABELA 3
EMPRESAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DO NORDESTE: CLASSIFICAÇÃO POR RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

| Endividamento | Rentabilidade | | | Total |
|---------------|---------------|----------|-----------|-------|
| | Grupo I | Grupo II | Grupo III | |
| Grupo I | 42 | 7 | 1 | 50 |
| Grupo II | 8 | 4 | 0 | 12 |
| Grupo III | 8 | 12 | 30 | 50 |
| Total | 58 | 23 | 31 | 112 |

FONTE: Buarque et al. (1996)

Da TABELA descrita acima pode-se perceber tanto o nível de dificuldades do conjunto de empresas do setor, quanto à heterogeneidade e às potencialidades de soerguimento de pelo menos parte das mesmas. Outra conclusão importante emerge e deve ser destacada: há um número significativo de empresas em condições saudáveis de funcionamento, demonstrando que é possível o desenvolvimento, em moldes rentáveis, do setor no Norte/Nordeste.

renda e emprego da economia nordestina como um todo. Cabe destacar que o setor nos últimos anos perdeu peso relativo, o que torna tais análises pouco precisas. No entanto, ignorar a importância do setor, principalmente na questão do emprego na Zona da Mata, leva-nos a erros semelhantes.

4 A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE CANAVIEIRA NO NORDESTE

É freqüente encontrar na literatura referências à questão nordestina associada às dificuldades do segmento sucroalcooleiro. Em geral, dá-se a estas uma ênfase exacerbada dos impactos sobre os níveis de

⁶ Ali considera-se de boa rentabilidade as empresas com caixa líquido/faturamento no mínimo igual à média das empresas da Região; de média as que têm este índice entre 5% e a média; de baixa rentabilidade as situadas abaixo desse nível. Quanto ao endividamento, pertencem ao Grupo I as que gastam anualmente com a dívida até 45% do caixa líquido; ao Grupo II as que ficam entre 45% e 80%, e ao Grupo III as que comprometem mais de 80%.

Apesar do panorama acima descrito, onde convivem tons diferenciados, a cana-de-açúcar tem ainda uma importância significativa no setor agrícola nordestino, participando com 21,2% do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) em 1993 (SUDENE, 1996). Observe-se que esse peso é bem maior em alguns estados: 75,4% em Alagoas, 36,1% em Pernambuco e 32,1% na Paraíba. Outros estados como Sergipe (19,7%), Rio Grande do Norte (11,5%) e Bahia (6,4%) apresentam participações menos expressivas.

Além desses índices cabe realçar a importância da cana como demandadora de mão-de-obra, no conjunto da economia nordestina, especialmente naqueles três estados em que a cana é relativamente mais importante em termos de PIB agrícola. Segundo levantamento da SUDENE (1996) na safra 1994/95 o setor sucroalcooleiro nordestino ocupou cerca de 307.500 trabalhadores, sendo destes 246,4 mil nas tarefas agrícolas e 61,1 mil nas lides industriais (TABELA 4).

A distribuição desta mão-de-obra por estados é desproporcional à descrita para a produção de cana, refletindo diferentes situações de produtividade do trabalho em função de variados níveis de mecanização, da definição de tarefas por trabalhadores/dia nos contratos coletivos de trabalho etc. Daí resulta que em Pernambuco ocuparam-se 51,3% daquele total, 32,9% em Alagoas, 6,6% na Paraíba, 4,5% no Rio Grande do Norte, 2,6% em Sergipe e 1,9% na Bahia. Destaque-se que em Alagoas a área cultivada nos tabuleiros é bastante plana, propícia portanto à mecanização poupadora de trabalhadores. Enquanto isso em Pernambuco apenas 25% da área cultivada tem até

15% de declividade, ficando a área restante com inclinações em que é mais difícil, ou quase impossível, a mecanização.

Vale salientar ainda que o uso de mão-de-obra vem se reduzindo com alguma velocidade no Nordeste, em vista da estagnação do nível de produção associado com a introdução, ainda que lenta até aqui, de inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra. Afora a menor absorção de trabalhadores deve-se destacar um outro fato preocupante: a crescente sazonalidade das ocupações. No total do Nordeste a sazonalidade na atividade canavieira registra-se em 57,4% das ocupações rurais e em 37,2% daqueles da parte industrial⁷. Entre os estados a sazonalidade do trabalho agrícola é maior em Pernambuco (61,6%), no Rio Grande do Norte (59,4%), na Paraíba (57,3%) e em Alagoas (49,5%). O trabalho nas usinas e destilarias é mais sazonal em Sergipe (65,1%), Bahia (44,7%), Paraíba (43,7%) e Pernambuco (35,0%), ficando nos demais estados um pouco abaixo da média regional (SUDENE, 1996).

Em que pese a precariedade das relações de trabalho predominantes no setor, não se pode esquecer da sua importância como absorvedor de força de trabalho, principalmente por ser em muitos municípios da Zona da Mata a quase única fonte geradora de ocupação para a mão-de-obra local. Ou seja, além de considerações de viabilidade econômica a atividade canavieira mantém-se como fator importante de geração de emprego, mesmo que sua permanência esteja condicionada por outros fatores.

TABELA 4
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO NORDESTE: TRABALHADORES OCUPADOS E SAZONALIDADE (SAFRA 1994/95)

| Estados | Nº de Trabalhadores | | | Sazonalidade (%) | |
|---------|---------------------|-------------|---------|------------------|------------|
| | Rurais | Industriais | Total | Rural | Industrial |
| PE | 131.531 | 26.728 | 158.259 | 61,6 | 38,0 |
| AL | 76.389 | 25.021 | 101.410 | 49,5 | 32,8 |
| RN | 10.879 | 2.436 | 13.315 | 59,4 | 36,0 |
| SE | 6.170 | 1.978 | 8.157 | 44,2 | 65,1 |
| PB | 16.671 | 3.740 | 20.411 | 57,3 | 43,7 |
| BA | 4.802 | 1.194 | 5.996 | 79,9 | 44,7 |

FONTE: SUDENE (1996)

⁷ A taxa de sazonalidade indica o percentual de mão-de-obra utilizada a mais na época da colheita, que é realizada nos meses de setembro a março, no caso do Nordeste.

Embora a situação geral seja de graves dificuldades, é preciso ter em mente que a atividade canavieira no Nordeste pode vir a ser rentável, não apenas para uma parcela das empresas, conforme visto na seção 3, se submetida a uma reestruturação e tendo em conta ainda algumas vantagens relativas, quais sejam:

- * complementaridade das safras no Norte/Nordeste com safras do Centro/Sul, o que facilita o abastecimento do mercado, mas também o uso mais intensivo de máquinas e equipamentos de colheita, principalmente no caso de grupos empresariais que possuam unidades produtivas em ambas as regiões.
- * a possibilidade de obtenção de índices elevados de produtividade nas áreas aptas à cana, de acordo com um zoneamento agroecológico, principalmente nas várzeas onde a produtividade pode chegar a 140 t/ha.
- * o Nordeste faz parte da quota de açúcar do mercado preferencial americano, que tem absorvido cerca de 180.000 t de açúcar por ano a preços cerca de US\$ 200,00 acima dos praticados no mercado internacional, o que amplia o fluxo de receita das exportações regionais e permite melhores índices de rentabilidade.
- * em nível internacional o custo de produção do açúcar nordestino é competitivo e inferior ao da maioria dos países produtores.

As vantagens acima, por si sós, não asseguram boa vida aos produtores nordestinos. A gravidade da situação exige mudanças de fundo na estrutura produtiva do setor. Ao mesmo tempo a Zona da Mata Nordesteira deve buscar alternativas de diversificação produtiva que lhe permitam maior sustentabilidade e reduzir sua fragilidade.

O que se está pondo em discussão, ou seja, a reformulação desta agroindústria, é uma questão um tanto antiga e recorrente, embora não tanto quanto são as crises do setor. Para vislumbrar algum sucesso na direção da reestruturação e da diversificação faz-se necessário, entretanto, observar as suas possibilidades concretas, em termos empresariais.

Conforme já defendido anteriormente (LIMA & SILVA, 1995) e comentado nas seções anteriores, a atividade sucroalcooleira pode ser rentável no Nordeste. A heterogeneidade de situações demonstra tanto a falência de um grupo de empresas, quanto a existência

de outro grupo eficiente e rentável, ao lado de unidades produtivas em situação intermediária passíveis de virem a se enquadrar num ou noutro grupo, dependendo da forma como venha a ser enfrentada a questão pelos seus atores relevantes (empresários, Estado, sindicatos etc.).

5 - PRODUTIVIDADE, MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO:

ALGUNS ASPECTOS ESTRATÉGICOS

5.1 UMA VISÃO GERAL DA QUESTÃO

Analisar os condicionantes de um processo de modernização do setor e o seu perfil produtivo é o objetivo desta seção. Não se procura apenas analisar as tecnologias disponíveis e pré-requisitos para o desenvolvimento tecnológico da agroindústria canavieira. Faz-se necessária também uma análise comparativa entre intra-regiões para caracterizar situações diferenciadas encontradas nesta atividade. Além disso, parece relevante observar o perfil de mão-de-obra existente bem como mecanismos institucionais de apoio e de extensão tecnológica. Sem a pretensão de ser exaustivo, procura-se enfatizar aspectos ligados à questão tecnológica apontando alguns dos indicadores principais.

Na comparação entre as regiões produtoras de açúcar e álcool, como se pode depreender de considerações anteriormente citadas, emergem as diferenças de índices de produtividade. Como já comentado, em São Paulo obtém-se em média, muito mais toneladas de cana por hectare colhido (80,4) do que no Nordeste (54,0). Embora em menor escala, o desnível repete-se também na extração de açúcar por tonelada de cana moída na indústria: 112,8 Kg de açúcar por tonelada em São Paulo contra 97,9 Kg/t no Nordeste⁸. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS apud SOUZA, IRMÃO & ARAÚJO, 1997).

⁸ Cabe aqui registrar que no estado do Rio de Janeiro o quadro é mais insatisfatório: as médias obtidas são de 46,6 t/ha e 94,0 Kg/t, respectivamente (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS apud SOUZA, IRMÃO & ARAÚJO, 1997), o que contribui para rebaixar um pouco as médias no Centro/Sul.

Resulta desses índices de produção uma situação de custos de produção (PERNAMBUCO, 1988) também distinta. Com base nos levantamentos da FGV, os únicos disponíveis, mesmo que polêmicos, a diferença de custos entre o Nordeste e São Paulo é

de mais de 50,0% para a tonelada de cana, girando em torno de 40,0% para o caso do açúcar. Vale destacar que o diferencial básico está, assim, no custo da tonelada de cana, embora também pese o diferencial de custo industrial.

TABELA 5
NORDESTE E SÃO PAULO: CUSTOS DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E DE CANA
(EM R\$ DE 09/94)

| Anos | Açúcar (50Kg) | | | Cana (t) | | |
|------|---------------|----------|-------|-----------|----------|-------|
| | São Paulo | Nordeste | NE/SP | São Paulo | Nordeste | NE/SP |
| 1991 | 12,77 | 18,02 | 1,41 | 15,89 | 24,22 | 1,53 |
| 1992 | 14,84 | 18,98 | 1,28 | 17,95 | 24,93 | 1,39 |
| 1993 | 14,62 | 20,34 | 1,39 | 17,06 | 26,44 | 1,55 |
| 1994 | 12,87 | 19,01 | 1,48 | 15,86 | 25,61 | 1,62 |

FONTE: Fundação Getúlio Vargas *apud* Barros (1995)

Algumas observações adicionais impõem-se aqui. Em primeiro lugar, os dados disponíveis (TABELA 5) indicam uma certa ampliação do diferencial de custos, mesmo que não se possa extrair dos mesmos uma conclusão definitiva, já que os dados de 1994 podem estar influenciados por dificuldades postas pela forte seca que reduziu bastante a safra 1993/94 no Nordeste.

Outra observação importante diz respeito à elevada heterogeneidade de situações existentes nos estados do Nordeste. Em termos mais gerais, deve-se lembrar que a produtividade agrícola em Alagoas é um tanto superior à dos demais estados, ou seja, cerca de 60 t/ha enquanto em Pernambuco esta média tem girado em torno de 50 t/ha.

Numa ótica mais específica, vale observar que a situação de eficiência entre as várias empresas é também bastante diferenciada. Em meio a índices médios deprimidos, nas empresas mais bem geridas e com melhor situação financeira, a produtividade agrícola nas canas próprias das usinas atinge, em casos não raros, índices semelhantes aos encontrados no Centro/Sul. Não é diversa a situação da eficiência industrial. Note-se, porém, que a eficiência relativa observada no Nordeste mesmo em situações semelhantes de

solo, clima, topografia etc. é completamente diversa entre unidades fabris. Em Pernambuco, por exemplo, usinas localizadas na Mata Sul apresentam rendimentos industriais tão discrepantes quanto os exibidos pela Usina Pumaty (104,7 Kg/t) e pela Treze de Maio (91,5 Kg/t), havendo situação semelhante na Mata Norte: Usina Central Olho D'Água (103,5 Kg/t) e Usina Aliança⁹ (92,0 Kg/t) (LIMA & SILVA, 1995).

Os comentários acima ressaltam a importância do exame mais acurado da situação do setor no Nordeste, evitando generalizações às vezes indevidas e que não captam corretamente a diversidade de situações existentes, ou seja, as estimativas de custos médios mais elevados no Norte/Nordeste não refletem com fidelidade uma realidade que é heterogênea e assim não autorizam certas conclusões gerais que muitas vezes são feitas em análises sobre o setor.

Ainda com relação aos índices de eficiência relativa, cabe lembrar que o segmento nordestino caracteriza-se, ressaltando-se algumas empresas, na linha do que foi concluído logo acima, pelo baixo índice de aproveitamento de subprodutos da cana, além do açúcar e do álcool. Aqui há um espaço razoável de manobra que pode vir a ser ocupado com uma ação empresarial mais efetiva. O aproveitamento de subprodutos poderia ampliar a rentabilidade e a competitividade do segmento nordestino, podendo-se considerar alternativas como:

⁹ Esta usina, mais recentemente, passou a chamar-se Santa Emília.

- * Bagaço de Cana. Trata-se do subproduto com maior expressão econômica e com aplicações várias: carvão, biogás, co-geração de energia elétrica, fertilizantes, ração animal, celulose e papel.
- * Torta de Filtro. É um resíduo da fabricação de açúcar com elevado teor de matéria orgânica, ou seja um fertilizante em potencial.
- * Vinhaça. Resíduo do mosto esgotado da destilação de álcool. Vem sendo utilizado como fertilizante e pode ainda gerar biogás e compostos balanceados.
- * Óleo Fússel. Resíduo cuja composição varia com a origem do mosto e dos processos de fermentação, destilação e decantação pode ter uso industrial.
- * Pé de Cuba. Resíduo do fundo da dorna após a fermentação do mosto. Trata-se de biomassa protéica, de elevado valor alimentício com aplicação na alimentação animal. (PERNAMBUCO, 1995)

Pelo menos parte desses subprodutos já são aproveitados integralmente no Centro/Sul, notadamente o bagaço para co-geração de energia. (EID, CHAN & PINTO, 1998a) No Nordeste o aproveitamento dos mesmos ainda apresenta-se de forma incipiente, principalmente por exigir alguns investimentos e desafiar a aversão ao risco predominante entre os empresários. As dificuldades de financiamento em meio ao elevado nível de endividamento do setor, vale acrescentar, também põem-se como restrição ao maior aproveitamento de subprodutos.

Destaque-se apenas o uso da vinhaça na chamada fertirrigação, hoje uma prática generalizada no setor, em todas regiões do País, o que inclusive tem contribuído para evitar o derramamento da mesma nos rios; portanto com efeitos colaterais bastante vantajosos do ponto de vista ambiental.

Ainda com relação aos índices de produtividade no Nordeste, cabe trazer à tona uma outra questão: a existência de razoável capacidade ociosa não planejada em função da escassez de matéria-prima. Sob o impulso do PROÁLCOOL cresceu bastante a capacidade instalada de moagem no Nordeste, enquanto a produtividade agrícola mantinha-se estagnada, conforme já visto. Mais recentemente a menor lucratividade para os produtores menos eficientes vem reduzindo a área plantada, ampliando para mui-

tas unidades a dificuldade de obtenção de cana em quantidade suficiente para assegurar padrões mínimos de eficiência e ganhos de escala. Em vista disso, já se tem observado na prática uma solução nem sempre eficiente, por envolver às vezes maiores distâncias e custos de transportes, que é a moagem de canas de algumas usinas em outras mais próximas, permanecendo fechadas aquelas com menor capacidade financeira e/ou tecnológica de funcionamento. Coloca-se então com alguma clareza a tendência de concentração industrial via fusões e/ou incorporações face à escassez de matéria-prima, como um dos fatores intervenientes. Por essa via, junto com a do crescimento da produtividade agrícola é que se poderá no futuro equilibrar a oferta e demanda de cana em algumas áreas mais críticas da Zona da Mata canavieira.

Outro fator diferencial em desfavor do segmento nordestino é a quase completa ausência de uma estrutura de pesquisa que possibilite o desenvolvimento de variedades e de técnicas adaptadas à Região conforme comentado anteriormente. Com o desmantelamento do IAA e do PLANALSÚCAR, a atividade canavieira passou a depender de iniciativas isoladas de empresários e/ou sindicatos de produtores para o desenvolvimento e adoção de melhorias tecnológicas. Apenas mais recentemente, até mesmo em função do agravamento das dificuldades das empresas do setor, nota-se alguma articulação empresarial com órgãos de pesquisa de governos estaduais e com as Universidades Federais no sentido de direcionar esforços para o desenvolvimento tecnológico no setor. Nesse aspecto, cabe reafirmar, é bastante contrastante o quadro nordestino com o exibido em São Paulo onde os produtores, através da COOPERSÚCAR, já há algum tempo participam desse esforço de pesquisa e incorporação de avanços tecnológicos, de resto já bastante explícitos nos índices de produtividade por lá encontrados.

Admitindo que a gravidade dos efeitos socioeconômicos da crise em curso leva a mobilização dos atores relevantes para soluções com alguma convergência, cabe então questionar que alternativas possíveis se colocam para o setor, afora a saída traumática que vem envolvendo o fechamento de empresas.

Uma perspectiva é posta pela reestruturação produtiva do conjunto de empresas e de fornecedores de cana, que passa pela modernização de práticas gerenciais e tecnológicas bem como pelo aproveitamento de subprodutos da própria atividade. Outra pode advir da diversificação da atividade agrícola principalmente nas áreas onde a cana não se adapta em níveis mínimos de produtividade que lhe assegurem rentabilidade.

Algumas experiências concretas em curso demonstram que essa via é factível, dependendo, é claro, de algum apoio institucional, de linhas de financiamento acessíveis, de capacidade empresarial, da abertura de horizontes para novas alternativas e para a modernização tecnológica das já existentes.

Na linha de reestruturação da agroindústria canavieira abrem-se possibilidades de adaptação e introdução de novas variedades de cana, de práticas culturais condizentes com a maior eficiência, da utilização das terras de várzeas, bem mais produtivas, ao lado da liberação de áreas onde o plantio da cana não é recomendável. Quanto ao setor industrial pode-se ir além do “trivial”, ou seja, da produção de açúcar e álcool e dos subprodutos melaço, bagaço e vinhoto, mas também nestes há espaço para produzir o “trivial”, com mais eficiência,¹⁰ mesmo que o maior uso de subprodutos dependa do nível da demanda novos produtos daí derivados são possíveis, com tecnologias conhecidas. Entre estes: celulose, papel/papelão, briquetes e vapor para gerar energia, partindo do bagaço; fertilizantes, ração e gás metano do vinhoto; biopolímeros e fios cirúrgicos do melaço. Aqui as experiências práticas de produção no Nordeste são pouco expressivas (SOUZA, IRMÃO & ARAÚJO, 1997), sendo no entanto menos incipientes em outras regiões.

A diversificação agrícola já tem mais experiências acumuladas e tende a se desenvolver de forma diversa. Aqui pode-se citar a introdução da seringueira, do bambu, da fruticultura (abacaxi, maracujá, uva, acerola, banana etc.). Embora de forma diferenciada, essas novas atividades têm sido bem-sucedidas, ocupando terras com maior rentabilidade em relação à cana, tanto por parte de fornecedores quanto por usinas, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. Outras experiências merecem destaque: a avicultura e a pecuária de leite, que inclusive já dá margem ao desenvolvimento de laticínios, comercializados nas áreas urbanas da Zona da Mata ou no Recife.

Numa outra dimensão e com alternativas diversas tem-se observado a diversificação na agricultura de

base familiar. Sobre isso relatam SOUZA, IRMÃO & ARAÚJO (1997) alguns casos envolvendo o plantio de culturas de subsistência (feijão, milho, inhame, mandioca e macaxeira) nas áreas de cana, nas encostas ou em outras pequenas áreas, com ocorrências na Paraíba e em Alagoas. Além do consórcio cana X subsistência, encontram-se também áreas de pequenos produtores ocupadas com as culturas acima mencionadas. Por fim, mencionam os mesmos autores a ocorrência de assentamentos resultantes de reforma agrária ou de ocupação onde cultivam-se culturas comerciais e de subsistência, ampliando assim a diversificação.

Um aspecto a destacar é a necessidade de que a diversificação e reestruturação sejam encaminhadas de forma minimamente organizadas, segundo algumas diretrizes. Entre estas pode-se citar:

1. ocupar com cana as terras planas e drenadas bem como as encostas com declividades reduzidas, liberando as demais áreas para outros usos;
2. recuperação de várzeas, com drenagem de solos e desassoreamento de cursos d'água próximos, para o plantio da cana;
3. ocupação de encostas com declividade superiores a 15% com culturas perenes de porte arbóreo e com cuidados para evitar erosão;
4. delimitação de áreas com declividades superiores a 45 graus, de proteção de mananciais etc, como de preservação permanente.(PERNAMBUCO, 1997).

Além disso, há que ser articulada pelos atores principais envolvidos (empresários, trabalhadores e Estado) uma negociação que envolva o apoio a empresas em dificuldades, porém rentáveis, via redução de encargos das dívidas e a negociação de passivos trabalhistas para que possam normalizar atividades atreladas a um compromisso de modernização tecnológica e gerencial. No caso das empresas inviáveis a saída possível seria a liberação de terras para saldar passivos trabalhistas e para ações de reforma agrária. Para facilitar a diversificação impõe-se a abertura de linhas de financiamento adaptadas a cada opção de cultura, às vezes exigindo cronogramas de médio prazo, tendo em conta ainda que os atuais fornecedores de cana são também candidatos às mesmas, ao lado das empresas viáveis e de futuros assentados por ações de reforma agrária.

¹⁰ Por exemplo: enquanto em São Paulo se obtém (safra 1994/95) em média 120,9Kg de açúcar por tonelada de cana (ORPLANA apud VILLANOVA, 1995) em Pernambuco (safra 1995/96) obtém-se cerca de 106Kg/t (SINDAÇÚCAR apud SOUZA, IRMÃO & ARAÚJO, 1997). Observe-se que em Pernambuco em 1981/1982 obtinha-se apenas 89,3 Kg/t (SINDAÇÚCAR apud SOUZA, IRMÃO & ARAÚJO, 1997).

Outro aspecto indispensável a realçar é a criação e/ou expansão de um aparato de pesquisa e difusão de novas tecnologias dirigido para a cana-de-açúcar e para as culturas mais afeitas à diversificação. Essa é uma área onde o Estado precisa estar à frente, inclusive por serem a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia agrícolas pouco apropriados para ter seus resultados apropriados privadamente através de patentes, sendo elevados os custos, o que exige uma cultura empresarial mais aberta ao associativismo, fato pouco comum no Nordeste (BARROS, 1995). Sendo assim, o Estado e suas instituições de pesquisas agrícolas precisam ser mobilizados para a tarefa de fazer avançar o conhecimento tecnológico que permitiria o aumento de eficiência na produção de cana e das outras culturas.

5.2 INDICATIVO PARA UMA ESTRATÉGIA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR

Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a Zona da Mata Nordestina, passa, necessariamente, por mudanças profundas de enfoque da questão sucroalcooleira. Nesse sentido, entender que se está tratando de diferentes ambientes, com particularidades próprias é fundamental. As propostas não podem ser as mesmas para os diferentes espaços.

Um primeiro ponto a analisar está relacionado com a própria cultura da cana-de-açúcar. No Nordeste, exceção feita, em parte, a Alagoas o perfil varietal não mudou o suficiente para garantir o predomínio de novas variedades de cana apesar de essa tecnologia ser uma das que teriam menor resistência para serem absorvidas pelos agricultores. Não se nota trabalho sistemático de desenvolvimento de novas variedades adaptadas aos diferentes ecossistemas da região nas últimas duas décadas. Também o uso de adubos, químicos e orgânicos, e de defensivos é ainda reduzido se comparado com as grandes regiões produtoras do Centro/Sul do País. Por fim, no que diz respeito à mecanização, a diferenciação desfavorável aos estados do Nordeste agrava-se comparada a regiões produtoras paulistas. Este quadro, para sua reversão exige algumas ações imediatas. Entre elas destacam-se programas de pesquisa e difusão tecnológica e dinamização de pesquisas na área de cana-de-açúcar. Também o fortalecimento das ações da Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural (EMATER) é ponto básico para difusão dessas tecnologias. São necessários, ainda, financiamentos para o setor, ampliando as ações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e da SUDENE, também para a Zona da Mata.

No setor industrial da cana-de-açúcar, sua modernização passa por investimentos em novos equipamentos, novas técnicas produtivas e mudanças no perfil empresarial e gerencial. O aproveitamento de subprodutos deve ser otimizado, aumentando a eficiência do mesmo. Nesse sentido, a infra-estrutura científica e tecnológica regional tem base consolidada que pode ajudar na transformação. A rede de universidades, os institutos de pesquisas tecnológicas agrícolas e industriais, são fundamentais para viabilizar essa proposta. Além disso, a formação de recursos humanos qualificados para a produção passa pela utilização de uma gama variada de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), organizações não-governamentais e o Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), bem como de diferentes programas como os de Capacitação Tecnológica Industrial e o de Formação de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia, ambos do CNPq, além dos que estão sendo estruturados com recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador do Ministério do Trabalho-FAT.

No que diz respeito à diversificação agrícola, que já vem ocorrendo em terras liberadas pela cana-de-açúcar, é fundamental a estruturação e operacionalização de estações experimentais que possam analisar, nos diferentes ambientes naturais encontrados na região, a adequabilidade das diferentes culturas, a potencialidade de melhoramentos genéticos, os estudos de fitossanidade, as perspectivas de mercado, a viabilidade técnico econômica das alternativas citadas. Nesse sentido, também a biotecnologia pode ser arma eficiente, aumentando produtividade e dando perspectivas promissoras de rentabilidade. A consolidação desses experimentos passa, necessariamente, por uma interligação mais estreita entre as instituições científico-tecnológicas regionais e as nacionais e internacionais.

Por fim, deve-se ressaltar a importância da formação de uma rede de informações, com unidades especializadas nas questões de tecnologia e mercado, que permita aos produtores acesso às principais transformações que vêm ocorrendo na indústria sucroalcooleira. Esta rede, além de contar com mecanismos de órgãos federais de apoio, deverá ter forte sustentação em instituições que tenham capilaridade no setor, como pode ser o caso da EMATER e do SEBRAE.

De certa maneira, em linhas gerais, considera-se que estes pontos são fundamentais para dar sustentação a um programa de modernização e reestruturação

do setor sucroalcooleiro, na Zona da Mata Nordeste, onde o segmento tecnológico é um dos principais indutores de mudanças competitivas no setor.

5.3 A ESTRATÉGIA E A LÓGICA EMPRESARIAL

As empresas de açúcar e álcool produzem basicamente bens não diferenciados, ou *commodities*, tendo pouco poder de influenciar os preços de mercado e, em geral, enfrentam a concorrência via preços. Trata-se de um oligopólio competitivo (LABINI, 1984) que é a estrutura concorrencial mais comum à indústria alimentícia. No caso do álcool, o mercado é na prática restrito à PETROBRÁS, embora o preço possa ser influenciado pela barganha política, pressionando o Governo Federal para sua modificação. Isso ocorre com alguma frequência, porém há limites impostos pelo preço da gasolina, pelos impactos inflacionários etc. No caso do açúcar, há alguma margem para diferenciação de produtos via propaganda, principalmente no caso de empresas que tenham também refinarias de açúcar. Contudo, o nível de concorrência é razoavelmente alto e o espaço para elevar preços se reduz. Dessa forma, o setor sucroalcooleiro tem como alternativas estratégicas a elevação da produtividade e a redução de custos, ao lado da diversificação produtiva, ou verticalização, com a produção de derivados do açúcar e do álcool ou de subprodutos, conforme já comentado anteriormente. Por sua vez, a maior eficiência e a diversificação têm como condicionantes a política da empresa quanto a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, na disponibilidade de uma base tecnológica desenvolvida e na existência de uma política adequada de vendas e de *marketing*.

Em função dos aspectos acima mencionados, o melhor enfrentamento da concorrência exige um perfil empresarial mais dinâmico e atento tanto às questões da parte agrícola quanto aos problemas e potencialidades do segmento industrial do setor. Isso contrasta com a imagem ainda predominante dos empresários da agroindústria da cana. Na verdade, a visão ainda hoje usual, de que a preocupação dos empresários do setor atém-se à terra, usando-a como reserva de valor e poder, tem sido em parte modificada. Como afirma RAMOS (1991): “os usineiros pautam a sua atuação, não pela reprodução ampliada dos capitais industriais que detêm, mas pela acumulação fundiária e monetária, ou seja, pela preservação e expansão de suas terras e de seus recursos financeiros **(que podem eventualmente ser aplicados em outras atividades, inclusive produtivas)**” (grifo nosso), ou seja, embora tenha-se ainda a idéia da terra como reserva de valor e poder, nota-se uma preocu-

pação crescente com a valorização de ativos inclusive com uma possível diversificação de atividades.

No caso da diversificação produtiva a própria busca de valorização do capital dessas empresas tem levado a experiências exitosas, seja na área agrícola, seja em novos setores industriais. Ela pode representar o diferencial de competitividade necessário para as empresas terem um perfil financeiro mais estável e uma perspectiva de crescimento de longo prazo.

O que se está chamando atenção neste item é para o fato de que mudanças na estratégia empresarial que vêm ocorrendo podem ser definidoras do perfil setorial que encontraremos nos próximos anos. E neste contexto, a estratégia aqui proposta, baseada na reestruturação e na diversificação produtiva, vem ao encontro da lógica dos segmentos empresariais mais dinâmicos que atuam na área.

Essa preocupação com a valorização do capital tem trazido modificações no perfil empresarial do setor, principalmente nas atividades em que melhor domina a base de comercialização e tecnologias. Nesse sentido tem sido observado nas regiões produtoras mais dinâmicas, inclusive em empresas nordestinas, embora aqui de forma menos frequente, uma preocupação crescente na diferenciação de produtos, por exemplo, com a produção de ração animal, *gludex*¹¹ e programas de co-geração de energia em articulação com companhias distribuidoras de energia elétrica. Também, como já citado, a otimização de processos e mudanças de base tecnológica têm ocorrido com frequência cada vez mais acentuada. Para tanto, a microeletrônica começa a ser amplamente utilizada nos processos industriais além de uma maior automação e uso de processos pneumáticos analógicos. (EID, CHAN & PINTO, 1998b).

Evidentemente que as estratégias de modernização tecnológica dependem dos condicionantes acima apontados e, em última instância, do perfil empresarial e, como já ressaltado, no caso do setor sucroalcooleiro nordestino a heterogeneidade é extremamente vasta. Nesse sentido, se por um lado são encontradas empresas com alto potencial de modernização, outras, às vezes vizinhas, não têm esse dinamismo e assim os resultados de estratégias modernizantes podem ser bastante diferenciados.

11 O *gludex* é um adoçante líquido que começa a ter um mercado amplo na indústria de produtos alimentícios, concorrendo com a glucose de milho; sua produção é ainda pouco difundida, mas algumas empresas já anunciam planos de ampliar o número de seus produtores no País.

6 - À GUIA DE CONCLUSÃO

O trabalho procurou chamar atenção para a relevância e as dificuldades do setor sucroalcooleiro no Nordeste brasileiro, cujo perfil diferencia-se, em média, daquele encontrado no Centro/Sul do País. A heterogeneidade do segmento produtivo, por sua vez, aponta para a potencialidade de seu soerguimento, pelo menos, em parte. No estudo, preocupado em apontar caminhos factíveis para evitar o acirramento das dificuldades enfrentadas pelo setor, é destacado que isso passa necessariamente pela modernização e reestruturação das empresas. O estímulo a mudanças tecnológicas e gerenciais, a renegociação de dívidas, o apoio estatal para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico são pilares básicos dessa reestruturação. Por outro lado, fica também reforçada a idéia de que parte das unidades insolváveis não tem condições de sobrevivência, devendo ser objeto de fechamento e/ou fusão, liberando terras no sentido da diversificação agrícola e agroindustrial. Nesse sentido, é provável que importantes alterações na estrutura fundiária ocorram. Se, por um lado, essas mudanças dependem de políticas oficiais, bem como de ações de órgãos públicos, para o setor, por outro, nota-se que um embrião transformador vem-se acentuando no perfil empresarial. Uma política de modernização tecnológica pode ser pensada acoplada a uma forte articulação com o empresariado mais dinâmico do setor na região nordestina, cuja lógica, como parte de um oligopólio competitivo, sintoniza com a elevação da produtividade e com a diversificação. Uma política com esse perfil seria a base de uma reestruturação produtiva na Zona da Mata, embora os resultados práticos estejam condicionados pela marcada heterogeneidade de casos, podendo assim apresentar amplas diferenciações.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem a Adriano B. Dias pelos comentários a uma versão anterior.

ABSTRACT

The article aims at studying the perspectives of Northeastern sugar cane agroindustry in Brazil. It defines the set of problems faced nowadays by this sector and identifies the main lines of an strategy which can lead it to a higher level of productivity together with more economic utilization of by-products. It stresses, in spite of the problems, the concrete possibilities the sector has to undertake a restructuring which would lead it to reach competitiveness. In this direction it is essential to change its pattern of management, its financing conditions and the technological level. The strategy proposed takes into consideration certain experiences in progress in the sector involving more dynamic enterprises. It defends that a policy of technological modernization should be implemented in articulation with more dynamic entrepreneurs in Northeast whose logic, as part of a competitive oligopoly, combines with higher productivity and diversification. The results, nevertheless, would be conditioned by an environment of heterogeneity and may show a high degree of distinction.

KEY WORDS :

Regional Economy; Agribusiness-Northeast.

7 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARROS, Alexandre R. Uma proposta de política para o setor sucroalcooleiro no Brasil. Recife: PIMES/UFPE, 1995. (Mimeogr.). (Texto para Discussão, 352).
- BUARQUE, Sérgio et al. Anteprojeto de desenvolvimento da Zona da Mata nordestina. Brasília, 1996. (Mimeogr.).
- EID, F., CHAN, K., PINTO, S.S. Mudanças tecnológicas e co-geração de energia na indústria sucroalcooleira. RECITEC, Recife, v. 2, n. 1, p. 48-57, 1998a.
- _____. Mudanças tecnológicas na indústria sucroalcooleira: avanços e retrocessos? RECITEC, Recife, v. 2, n. 1, p. 36-47, 1998b.
- LABINI, P. S. Oligopólio e progresso técnico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- LIMA, J. Policarpo, SILVA, Gerson V. A economia canavieira de Pernambuco e a reestruturação necessária. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 181-203, 1995.
- PERNAMBUCO. Conselho de Desenvolvimento. Avaliação e perspectivas da agroindústria canavieira em Pernambuco: análise do dirigismo estatal. Recife, 1988. (Mimeogr.).
- PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. Recife, 1995. (Mimeogr.).
- _____. Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da Zona da Mata Pernambucana: projeto - geração e difusão de tecnologia. Recife, 1997. (Mimeogr.).
- RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- SICSÚ, Abraham B., MELO, Lúcia C.P. de. Desenvolvimento sustentável para a Zona da Mata de Pernambuco: a discussão tecnológica.. Recife: SEBRAE, 1995.
- SOUZA, Hermino R. de, IRMÃO, José F., ARAÚJO, Tarcísio P. de. Cana de açúcar e cacau: reestruturação produtiva e mercado de trabalho na Zona da Mata do Nordeste. Recife: PIMES/UFPE, 1997. (Mimeogr.) (Texto para Discussão, 396).
- SUDENE. Programa de ação para o desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste. Recife, 1996. Versão preliminar.
- VILLANOVA, Joaquim A. Panorama estrutural do segmento sucroalcooleiro. Agroanalysis, mar. 1995.